



ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2013



PROGRAMA ELEITORAL PARA DAR VIDA **A VIANA DO CASTELO**



DAR VIDA

A VIANA DO CASTELO COM EDUARDO TEIXEIRA

LISTA CANDIDATA À CÂMARA MUNICIPAL



Francisco Marques Franco
Arquitecto e Professor
Monsserrate/Areosa



Helena Marques
Auditora Económica e Financeira
Darque



Pedro Cruz
Engenheiro
Vila Nova de Anha/Castelo do Neiva



Luísa Novo Vaz
Advogada
Santa Maria Maior



António José Pinto da Cunha
Médico Clínica Geral
Meadela



Adolfo Jácome
Universitário
Vila Franca



Isabel Torre Carvalho
Professora Coordenadora de Educação Especial
Santa Marta de Portuzelo



Luís Viana
Atleta Profissional - Hoquista
Monsserrate



Domingos Cachadinha
Empresário
Viana do Castelo



Elsa Laranjo
Técnica Administrativa Hospitalar
Outeiro



José Mota Freitas
Médico Hospitalar
Viana do Castelo



João Tiago Peixoto
Gestor de Qualidade Empresarial
Alvarães



Manuela Arezes
Técnica de Turismo
Afife



Luís Barreiros
Gestor de Empresas
Carreço



João Rosa
Empresário - Campeão de Motocross
Viana do Castelo



Cristina Cardona
Gerente de Comércio
Meadela



Silvério Silva
Agricultor - Dirig. Coop. Agrícola
Santa Marta de Portuzelo



Vitor Ferreira
Armador de Pesca
Chafé



Aida Calheiros
Técnica do IIEFP
Darque



Carlos Tony Gomes
Músico e Professor
Geraz de Lima



Carlos Barbosa
Empresário - Ramo da Saúde
Barroselas



Catarina Queirós
Secretária da Paróquia
Barroselas



António Meira Teixeira
Aposentado
V. do Castelo - Santa Maria Maior



Barbara Barreiros
Advogada
Viana do Castelo - Monsserrate



Paulo Camelo
Bombeiro Socorrista
Santa Marta de Portuzelo



Alvaro Queirós
Professor de Ensino Secundário
Mujães



Andreia Barros Silva
Arquitecta Paisagística
Barroselas



Renato Pita
Piloto Profissional - Empresário
São Salvador da Torre

AUTÁRQUICAS 2013

WWW.EDUARDOTEIXEIRA2013.COM



Eduardo Viana

Cabeça de Lista à Assembleia Municipal

LISTA CANDIDATA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ana Palhares, Advogada, Meadela
Vasco Vilar, Advogado, Darque
João Cruz, Técnico de Manutenção Industrial, Vila Nova de Anha
Marília Nunes, Engenheira civil, Lanheses
Joaquim Viana da Rocha, Consultor económico, Carreço
Duarte Martins, Gestor, Meadela
Barbara Barreiros, Advogada, Monserrate
Manuel Salgueiro, Controlador de Qualidade, São Romão de Neiva
Agostinho Lobo de Carvalho, Reformado, Santa Maria Maior
Sameiro de Sá, Professora, Castelo do Neiva
Carlos Rocha, Comercial, Deão
Paulo Vilaverde Ribeiro, Advogado, Santa Maria Maior
Dora Ramos, Economista, Chafé
Pedro Vaz, Téc. de Segurança e Saúde no Trabalho, Santa Marta de Portuzelo
Victor Lima, Gestor de Qualidade, Darque
Elsa Amado, Empresária, Perre
Manuel Hermenegildo Costa, Prof. Ens. Sec., Santa Marta de Portuzelo
Jorge Pereira, Escriturário Superior, São Romão de Neiva
Vanessa Ferreira, Cardeopneumologista, Santa Maria Maior
Lionel Marques, Estudante, Barroselas
Paulo Carvalho, Economista/Empresário, Mazarefes
Mónica Viana, Advogada, Meadela
Ricardo São João, Assistente Administrativo, Santa Maria Maior
Valdemar Gomes, Mediador de Seguros, Terras de Geraz e Deão
Joana Monteiro, Dir. de Vendas e Marketing, Santa Maria Maior
José Carlos Gonçalves, Gestor TOC, Carreço
Agostinho Fernandes, Reformado, Nogueira
Rosa Alves da Rocha, Responsável Logística, Deão

Gaspar Soares, Técnico de Vendas, Afife
João Enes, Reformado, Areosa
Isabel Spínola, Oficial IRN, Meadela
Roberto Rego, Enfermeiro, Vila Nova de Anha
Manuel Gomes, Economista, Chafé
Cecília Monte, Eng. Agrónoma, Moreira de Geraz do Lima
José Enes, Professor do Ensino Secundário, Areosa
José da Guia, Armador de Pesca, Darque
Maria Carla Gonçalves, Assistente Téc. Administrativa, Meadela
Domingos Barreiros, Industrial, Areosa
Manuel de Brito, Professor, Vila Mou
Sónia da Silva, Solicitadora, Darque
Ricardo Borlido, Eng. Civil, Santa Marta de Portuzelo
José Alberto Araújo, Professor, Meadela
Cristina Borlido, Economista, Meadela
Hélder Amorim, Engenheiro, Darque
Carlos Cruzeiro, Fotocompositor, Vila Nova de Anha
Cristina Ferreira, Assistente Consultório, Areosa
Rui Barreto, Barroselas
José Coutinho, Alvarães
Carla Santos, Coordenadora ADM, Santa Maria Maior
Fábio Barbosa, Bancário, Carreço
António Meira Teixeira, Reformado, Santa Maria Maior
Paula Moreira, Secretária Administrativa, Areosa
Jorge Cruz, Técnico Telecomunicações, Alvarães
Carlos Amorim, Diretor Comercial, Darque
Carla Dias, Meadela

LISTAS DE FREGUESIAS QUE APOIAMOS:

Afife (Arlindo Ribeiro), Mújães (Bruno Amorim) e Outeiro (José Aires)

Manuel Freitas

Mandatário Político da Candidatura



A NOSSA EQUIPA DAS JUNTAS DE FREGUESIA



Cristina Jaques
ALVARÃES



Paulo Órfão
AMONDE



Fernando Pimenta Gama
AREOSA



Arlindo Louro
CARREÇO



Paulo Torres
CASTELO DO NEIVA



António Azevedo
CHAFÉ



José Ferreira (Pelé)
DARQUE



Luís Lourenço
FREIXEIRO DE SOUTELO



Filipe Rocha
LANHESES



Carlos Pires
S. LOURENÇO DA MONTARIA



José Póvoa
PERRE



Manuel Salgueiro
S.ROMÃO DO NEIVA



Paulo Maciel
SANTA MARTA DE PORTUZELO



Orlando Dias
VILA DE PUNHE



Carlos Santos
VILA FRANCA



Rui Matos
VILA NOVA DE ANHA



Manuel Ramos
CARDIELOS E SERRELEIS



Serafim Correia
GERAZ DE LIMA (ST. MARIA,
ST. LOCÁDIA E MOREIRA) E DEÃO



Hilário Oliveira
NOGUEIRA,
MEIXEDO E VILAR MURTEDA



Filipe Costa
TORRE E VILA MOU



Manuel Ferros
BARROSELAS E CARVOEIRO



Carlos Tavares
(SANTA MARIA MAIOR
E MONSERRATE) E MEADELA



Francisco Barros
MAZAREFES E VILA FRIA



Carlos Fraga Dias
SUBPORTELA,
DEOCRISTE E PORTELA SUZÃ

Índice

“Dar Vida a Viana do Castelo”	7
1. Política Económica e Financeira	9
1.1. Estabilidade Económico e Financeira da Câmara Municipal de Viana do Castelo (CMVC)	9
1.2. Desenvolvimento Económico, Social e Ambiental.....	10
1.2.1. Fiscalidade Urbana, Taxas e Impostos Municipais	12
1.2.2. Políticas de Cooperação Regional, Nacional e Internacional.....	13
1.2.3. Apoios ao Empreendedorismo, à Criação de Emprego, à Promoção do Concelho, da Cidade e do Turismo	14
1.3. Propostas de Criação de Emprego.....	15
2. Comunidade, Solidariedade, Empreendedorismo, Saúde e Ação Social	17
2.1. Comunidade	17
2.2. Inclusão	18
2.3. Solidariedade.....	19
2.4. Empreendedorismo Social.....	20
2.5. Saúde	21
2.6. Ação Social.....	21
3. Gestão Funcional – Planeamento, Organização e Eficiência	24
3.1. Planeamento.....	24
3.2. Os Recursos Humanos da CMVC	24
3.3. Gestão Patrimonial	25
3.4. Desburocratização Interna e Inovação na Prestação de Serviços aos Municípios, às Empresas e à Comunidade	26
4. Gestão Territorial – Planeamento, Ordenamento e Urbanismo	27
4.1. Alteração da Gestão Municipal.....	27
4.2. Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)	27
4.3. Revisão do Plano de Pormenor do Centro Histórico (PPCH).....	28
4.4. Saneamento Básico.....	29
4.5. Segurança e Proteção Civil	29
4.6. Mobilidade, Trânsito e Transportes Públicos.....	29

5. Educação, Cultura e Desporto	30
5.1. Educação	30
5.1.1. Tornar Viana do Castelo um Município Educador	31
5.1.2. Elaborar o Projeto Educativo Municipal	31
5.1.3. Reestruturar a Área Funcional da Educação da CMVC	32
5.2. Cultura	32
5.2.1. Parques Temáticos	34
5.2.2. Festividades Tradicionais	34
5.2.3. Património	34
5.2.4. Museus	34
5.2.5. Educação e Cultura	35
5.2.6. Música, Teatro, Cinema e Danças	35
5.2.7. Roteiros de Viana	35
5.3. Desporto	36
 6. Transparência, “Município Eletrónico” e Participação Pública	 38
6.1. Avaliação e Monitorização	38
6.2. Acesso à Informação	39
6.3. Inovação Institucional	40

“Dar Vida a Viana do Castelo”

A autarquia de Viana do Castelo beneficiou, durante os últimos vinte e quatro anos (1990 – 2013), de uma boa conjuntura económica e política, aos níveis local e nacional, e de avultados apoios estatais e comunitários.

Neste período, o Partido Socialista esteve ininterruptamente vinte anos no governo municipal vianense (1994 – 2013).

Apesar disso, Viana do Castelo começou a definhar a partir de 1994 e não se desenvolveu, sendo atualmente um dos concelhos e capital de distrito com piores indicadores socioeconómicos do país, com uma enorme falta de desenvolvimento e de crescimento económico e social, visíveis e sentidos pelos vianenses, no seu dia-a-dia, que vivem ou sobrevivem com enormes dificuldades, isto para os que ainda por cá podem ficar.

A título de exemplo, debrucemo-nos apenas sobre dois indicadores: população empregada e população desempregada. No ano de 1997, a população empregada no município perfazia um total de 38.044 indivíduos, sendo que em Maio de 2013 apenas 16.231 mantinham aqui o seu posto de trabalho, o que representa uma diminuição de 134,4%. Relativamente ao desemprego, em 1997 este atingia 2.875 indivíduos, registando-se em Maio do corrente ano 5.614 desempregados, verificando-se, portanto, um aumento de 95,3%.

Esta realidade merece a nossa maior preocupação e não é alheia ao pensamento daqueles que escolheram acreditar e investir no nosso concelho, para aqui trabalhar, viver ou ainda empreender.

É chegado o momento de refletirmos em conjunto e de fazermos uma avaliação independente e honesta sobre os resultados dessas políticas e dessas práticas, mal conduzidas durante longos anos e que nos trouxeram até aqui.

Ouvindo os empresários e os cidadãos, sentimos e pensamos que a política económica e financeira da autarquia, a corrigir no futuro, é da maior importância para os vianenses e para o desenvolvimento do concelho, pelo que deve ser reorientada.

Vamos ter uma séria responsabilidade na necessária e urgente mudança deste paradigma. Somos a única alternativa que pode conduzir Viana do Castelo nesse rumo.

É urgente a mudança de paradigma. O Partido Social Democrata (PSD) já no passado demonstrou aos Vianenses que está à altura dos desafios, da responsabilidade e da ambição na mudança e na inovação.

O último autarca eleito pelo PSD que assumiu as funções de Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo foi, de forma ambiciosa e sem preconceitos, pioneiro e inovador a nível nacional: ordenou aos serviços municipais, à data com recursos humanos e tecnológicos bem diferentes dos atualmente disponíveis, a elaboração do primeiro Plano Diretor Municipal (PDM) de Portugal.

Certamente, só a inquestionável qualidade técnica e visão política do documento, à época, terão permitido que este tenha sido utilizado pelos últimos executivos autárquicos na elaboração de vários instrumentos de ordenamento territorial. No entanto, a falta de visão estratégica para a importância da revisão do mesmo e da necessária adaptação à realidade municipal atual, necessariamente dinâmica e complexa, decorrente da nossa ocupação territorial, tornou o documento obsoleto, impeditivo do merecido **crescimento** que Viana do Castelo aguarda há anos e bem merece: **inteligente, sustentável e inclusivo**.

Está na hora de voltar a **sonhar**, de voltar a **ousar**, de voltar a **innovar**, de voltar a **acreditar** que é possível fazer diferente por Viana do Castelo, por todos nós e pelos nossos filhos. Venha connosco! Traga-nos os seus **sonhos** e as suas **ideias**.

Eduardo Teixeira.

1. Política Económica e Financeira

1.1. Estabilidade Económica e Financeira da Câmara Municipal de Viana do Castelo (CMVC)

1.2. Desenvolvimento Económico, Social e Ambiental

1.2.1. Fiscalidade Urbana, Taxas e Impostos Municipais

1.2.2. Políticas de Cooperação Regional, Nacional e Internacional

1.2.3. Apoios ao Empreendedorismo, à Criação de Emprego, à Promoção do Concelho, da Cidade e do Turismo

1.3. Propostas de Criação de Emprego

1.1. Estabilidade Económico e Financeira da Câmara Municipal de Viana do Castelo (CMVC)

Queremos uma Câmara Municipal com contas equilibradas, com redução e controlo de gastos, que não comprometam o seu funcionamento e o apoio aos munícipes, aos comerciantes e aos empresários. Queremos promover a estabilidade das finanças municipais de forma a alcançar a sustentabilidade económica e financeira.

Para o reequilíbrio das contas municipais vamos centrar-nos na avaliação económica das diferentes áreas de atividade do Município e na execução de estudos de fundamentação económico-financeira das taxas e tarifas.

O combate ao despesismo, aos consumos supérfluos e aos desperdícios serão uma preocupação permanente.

Queremos recuperar a credibilidade económico-financeira das contas municipais, para assim podermos canalizar novos recursos financeiros potenciadores de políticas de genuíno desenvolvimento e consequentemente aumentar a atratividade do concelho.

Vamos promover uma efetiva transparência nas decisões de gestão, de autorização de despesas e de investimentos, que resultem em eficácia e melhoramento dos serviços.

1.2. Desenvolvimento Económico, Social e Ambiental

A Câmara Municipal tem um papel ativo no desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho e das freguesias, potenciando todos os recursos disponíveis, o que não foi feito durante os últimos vinte anos.

Vamos implementar um modelo de desenvolvimento autónomo e viabilizar uma política económica que exige, antes de mais, quebrar o atual estado de dependência financeira em que se encontra a autarquia.

Este modelo será baseado, prioritariamente, na valorização dos recursos disponíveis da autarquia e do concelho, de forma a gerar emprego, riqueza e melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos vianenses.

Pretendemos garantir a satisfação das necessidades e dos anseios dos vianenses, da comunidade, dos comerciantes e dos restantes empresários.

Queremos liderar o processo de desenvolvimento de Viana do Castelo e do Alto Minho, transformando-o numa região competitiva, potenciando as sinergias da integração na Comunidade Intermunicipal do Minho – Lima (CIM), cuja adesão tardia, devido às teimosias dos governantes socialistas vianenses, a que todos assistimos, prejudicou profundamente o nosso município. Temos de recuperar o tempo perdido e recolocar Viana do Castelo no patamar que lhe pertence por direito próprio.

Do mesmo modo, essa liderança deverá potenciar e alavancar o desenvolvimento sustentável dos restantes municípios, numa missão e visão integradora e genuinamente solidária para com os seus territórios e comunidades, preservando e promovendo, tal como pretendemos para Viana do Castelo, a sua autonomia e a sua identidade, de modo a mitigar as inquestionáveis assimetrias que, infelizmente, ainda subsistem.

Só esta visão integradora e solidária nos permitirá, definitivamente, através deste ganho de escala, na geografia, mas sobretudo, em massa crítica e inerentes recursos, enfrentar os decisivos desafios da competitividade à escala supramunicipal.

A CIM tem por missão potenciar investimentos com retorno em crescimento e desenvolvimento locais e regionais com uma adequada estratégia de planeamento e não, ao contrário do que aconteceu com o Centro Cultural de Viana do Castelo, colmatar os erros de planeamento e de gestão financeira dos municípios.

Este triste episódio não se poderá repetir, até porque o mesmo só foi possível com o recurso a receitas extraordinárias que poderiam ter sido canalizadas, para outros investimentos, igualmente pertinentes.

Para conseguirmos tais desideratos, apostaremos num modelo de gestão municipal e de desenvolvimento assente nos seguintes vetores:

- competitividade económica e social;
- criação de medidas de apoio à fixação e captação de população;
- implementação de medidas captação do investimento;
- formação, qualificação e capacitação dos cidadãos;
- criação de medidas de apoio à reindustrialização;
- aposta na coesão territorial;
- preocupação transversal com a sustentabilidade;
- envolvimento e participação dos cidadãos no aprofundamento da democracia, dentro e fora da Câmara Municipal;
- sensibilização e promoção da cidadania para a sustentabilidade, como instrumento para a participação dos cidadãos na construção de um município melhor e de uma comunidade baseada nos valores da justiça e da coesão social;
- promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades para todos;
- potenciação de parcerias com os vários setores da comunidade e destes entre si;
- regeneração e revitalização do centro histórico da cidade;
- promoção do desenvolvimento através do envolvimento das comunidades locais;
- promoção do desenvolvimento local através da rentabilização dos recursos endógenos: naturais, patrimoniais, culturais, gastronómicos, outros;
- promoção e valorização de práticas sustentáveis de rentabilização de recursos locais: espaço urbano, espaço rural, espaço florestal, recursos fluviais, recursos marítimos;
- apoio ao desenvolvimento da economia social, promovendo a inclusão, a coesão social, a solidariedade e o emprego;
- Modernização administrativa da autarquia, de modo a potenciar a proximidade e a atratividade junto dos cidadãos e dos investidores.

Propomos a articulação de vários eixos diferenciados de intervenção, que potenciarão a prossecução do desenvolvimento integrado que pretendemos para a nossa terra e para as nossas gentes:

1.2.1. Fiscalidade Urbana, Taxas e Impostos Municipais

São receitas da autarquia, nos termos da Lei das Finanças Locais, os impostos sobre o património imobiliário, atingindo valores consideráveis no orçamento municipal.

Não pretendemos que a política fiscal do município seja apenas um meio de obter receitas, mas sim que esta se possa assumir como um instrumento de indução de comportamentos, com efeitos positivos na redistribuição da riqueza e da equidade, bem como no incentivo ao investimento.

Uma política adequada de taxas e impostos sobre o património imobiliário é determinante para a eficácia das nossas propostas, nomeadamente para a promoção da regeneração e da reabilitação urbanas.

Estes desejáveis fenómenos, que pretendemos que sejam uma realidade, não se concretizarão sem a implementação de uma nova política de fiscalidade urbana, assertiva nos destinatários e objetivos, eficaz, democratizada e mais “amiga” dos munícipes e dos investidores.

Propostas de dinamização da economia, através de redução da carga fiscal no município:

- Redução da taxa de IMI para 0,34% (taxa atual: 0,38%);
- Redução para 3% da coleta do IRS transferido para o município (taxa atual: máxima - 5%);
- Redução gradual da derrama cobrada: para 1,2 % numa primeira fase (taxa atual: 1,5%).

Estas medidas permitirão a injeção de dinheiro na economia local, através da diminuição dos valores cobrados às famílias e às empresas. No entanto, é necessário garantir que estas alterações não provoquem uma diminuição da receita, colocando em causa as contas do município.

Nesse sentido, é necessário ter em conta:

- Aumento esperado da receita, causado pelo impacto positivo das medidas na economia local, quer pela captação de novas empresas, quer pela dinamização da atividade das empresas já existentes;
- Redução das despesas com juros da dívida, e na redução da aquisição de bens de capital, passando pela redução de despesa, que não contribuem diretamente para o desenvolvimento da economia local, nem para a melhoria das condições das famílias;
- A dinamização da economia, suportada por estas e por outras medidas propostas, resultará no aumento do emprego no concelho, bem como no aumento do rendimento das pessoas empregadas e, conseqüentemente, no aumento das transferências do IRS para o Município;
- Essa criação de emprego permitirá também a criação de condições para que mais famílias possam comprar ou construir a sua casa, repondo assim gradualmente as receitas de Imposto Municipal sobre Imóveis.

1.2.2. Políticas de Cooperação Regional, Nacional e Internacional

O desenvolvimento urbano, económico, social e ambiental deverá ser promovido através da implementação de políticas de cooperação regional, nacional e internacional, alinhado com a estratégia delineada para o distrito através do Estratégia e Plano de Ação "Alto Minho 2020" e da aposta em programas de investigação e desenvolvimento de modo a que Viana do Castelo e os seus agentes económicos se possam apresentar no mercado global com bens e serviços com fatores diferenciadores competitivos.

Assim, serão apostas do município:

- Potenciação das relações com os seus diversos parceiros institucionais quer em projetos de investigação e desenvolvimento, quer noutros que melhorem a coesão municipal;
- *Benchmarking* com cidades europeias que apresentem similitudes de posicionamento: por exemplo, em áreas estratégicas como o mar, o ambiente e recursos endógenos;

- Integração de Viana do Castelo em redes internacionais de Investigação que criem sinergias e intercâmbio de conhecimento, com prioridade para as referidas áreas estratégicas;
- Instalação de um centro de investigação e Inovação de referência, que aproveite recursos existentes, integrado em rede europeia de conhecimento;
- Dinamização dos espaços empresariais, enquanto polos de valorização da eficiência da atividade económica gerada no concelho;
- Promoção da captação de novos investimentos que permitam a Viana do Castelo aumentar os níveis de competitividade, de modo a transformar-se num concelho mais exportador.

1.2.3. Apoios ao Empreendedorismo, à Criação de Emprego, à Promoção do Concelho, da Cidade e do Turismo

Estudos recentes, de organizações nacionais, como a Cáritas, e internacionais, como a *Green Savers*, apontam o auto-emprego e o regresso a profissões antigas, como estratégias para retirar uma franja da população dos limiares da pobreza. Podemos incluir nestas atividades a agricultura de tipo familiar e o artesanato, entre outros.

As autarquias podem assumir aqui um papel importante, dinamizando e apoiando o regresso a estas atividades, nomeadamente na promoção de medidas semelhantes ao microcrédito, com enfoque na produção de produtos certificados ou com potencial para tal. Estes produtos deverão ter como canal de comercialização preferencial o mercado local, feiras semanais, mercado do artesanato, festas e feiras temáticas no território concelhio.

Serão implementadas as seguintes medidas:

- Isenções de taxas nos postos de venda e nos licenciamentos da atividade;
- Estrutura administrativa de apoio aos promotores, que lhes permita cumprir com as obrigações fiscais sem qualquer custo. Este tipo de atividades tem, do ponto de vista fiscal, mais custos em termos de cumprimento de obrigações, nomeadamente declarativas, do que propriamente com o pagamento de impostos.

1.3. Propostas de Criação de Emprego

Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

Dinamizar promoção das potencialidades do concelho:

- Dinamização de promoção de iniciativas e negócios de base local;
- Desenvolvimento de ações integradas de marketing concelhio, dos seus recursos institucionais e dos principais sistemas produtivos locais;
- Dinamização de iniciativas de redução de custos de contexto local, designadamente, ao nível dos serviços, do enquadramento regulamentar e dos respetivos documentos de suporte à gestão;
- Programação, gestão e promoção integrada dos espaços de acolhimento empresarial existentes ou futuros ao nível municipal, potenciando o efeito de rede regional, das economias de aglomeração e da inovação, generalizando parâmetros mínimos de qualidade dos espaços de acolhimento empresarial e harmonizando, ao nível intermunicipal, os valores de referência em termos da aquisição do solo, das taxas municipais e dos principais regulamentos aplicáveis aos espaços de acolhimento empresarial;
- Dinamização de iniciativas municipais de desenvolvimento comercial, abrangendo quer ações conjuntas de promoção de zonas comerciais e de disseminação de boas práticas, quer a valorização e gestão da própria organização, *design* e promoção das principais zonas de comércio urbano;
- Desenvolvimento de iniciativas integradas de valorização e promoção do potencial turístico, no sentido de valorizar os recursos específicos e distintivos do seu território e dos seus produtos-chave.

Mar

A criação de emprego deve centrar-se em duas prioridades:

- O mar, como espaço de aventura e lazer, onde se pretende atrair novos fluxos de turismo náutico, através da promoção do Alto Minho, da sua frente marítima e dos principais cursos de água como “espaços de aventura, lazer e competição”, com condições ímpares para a prática de atividades de desporto, lazer e turismo náutico;
- O mar, enquanto fonte de conhecimento e oportunidades económicas em áreas como a I&D, construção naval ou pesca.

Agricultura e Florestas

Dinamizar promoção das potencialidades agrícolas e florestais do concelho:

- Levantamento das potencialidades agrícolas do concelho e catalogação/promoção dos produtos regionais;
- Apoios ao agricultor ao nível do custo dos fatores de produção, como os adubos, as rações ou o combustível, consideramos que esta é uma questão que «tem que merecer atenção» por parte do executivo concelhio;
- Ação integrada com os presidentes das juntas e dos concelhos de baldios, no tocante à exploração rentável destes terrenos, e se possível concessioná-los a jovens empresários;
- Valorização e incentivo de cultivos tradicionais como a lã e o linho, vinho, resinas;
- Dinamizar a produção de vinho verde com apoios ao nível da divulgação e certificação das marcas com vista à internacionalização.
- Floresta, qualificação dos modelos de desenvolvimento e gestão florestal com vista à reflorestação industrial;
- Incentivos à produção biológica, como a criação de eventos / mostras / venda desses produtos em locais nobres da cidade.

2. Comunidade, Solidariedade, Empreendedorismo, Saúde e Ação Social

2.1. Comunidade

2.2. Inclusão

2.3. Solidariedade

2.4. Empreendedorismo Social

2.5. Saúde

2.6. Ação Social

2.1. Comunidade

As gentes, os lugares e as tradições são as marcas vivas de uma região. Viana do Castelo tem de assumir a sua responsabilidade, chamando a si um papel decisivo de liderança, como capital de Distrito, que importa agora potenciar.

Deste modo, iremos:

- Promover a investigação e a promoção da genuína identidade local das comunidades;
- Potenciar a identidade local e a promoção de produtos endógenos (produção agrícola, produtos de base natural, artesanato, outros);
- Reconhecer e valorizar o papel do associativismo local, com regras transparentes e justas, cumprindo atempadamente com os compromissos publicamente assumidos, incentivando e valorizando o mérito e a inovação;
- Incentivar a natalidade no município através da oferta, entre outros apoios, de um “Kit Bebê”;
- Criar o “cartão do munícipe” e implementar um programa de vales de desconto, “Vale Educação”, “Vale Cultura” e “Vale Desporto”: permitindo uma maior visibilidade e divulgação da rede de parceiros previamente protocolada com o Município, a ser usufruído pelo titular, em serviços prestados por clubes, associações, instituições e empresas (aula em centro de explicações, peças de teatro, concertos musicais, aulas de natação, aulas de ténis, aulas de vela, ginásio, outros);
- Promover em articulação com as Instituições já instaladas no terreno, IPSS, Mutualidades e Santa Casa da Misericórdia o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à família, nomeadamente creches e jardins-de-infância, junto de parques industriais e empresariais;

- Aumentar a eficácia e a proximidade ao cidadão, através de um novo serviço municipal descentralizado, com a criação do GAM - Gabinete de Apoio ao Município a ser criado junto de polos populacionais com maior dimensão. (ver 6.3 Inovação Institucional);
- Aumentar a participação cívica dos munícipes, através de uma verdadeira política de transparência e acessibilidade à informação (ver 6.2 Acesso à Informação), tendo como pólo dinamizador as freguesias e o(s) “Gabinete Apoio ao Município” (ver 6.3 Inovação Institucional).

2.2. Inclusão

Tendo em atenção que nem sempre as respostas sociais existentes, em particular no atual quadro económico, vão ao encontro das necessidades e anseios dos munícipes, torna-se necessário dar um forte impulso à inclusão social dos indivíduos, em estreita articulação com o Conselho Local de Ação Social – CLAS e a rede de parceiros locais, IPSS, Mutualidades e Santa Casa da Misericórdia, potenciando a sua proximidade à comunidade e aos seus problemas.

O PSD propõe-se:

- Orientar esforços para incrementar, conjuntamente com os parceiros sociais, o apoio às equipas de rua que efectuem uma intervenção directa e permanente no terreno, assegurando o contacto sistemático com as pessoas sem-abrigo, ou em outras situações de emergência social;
- Colaborar com os parceiros sociais no terreno no apoio e desenvolvimento de programas de inserção existentes, tendo em vista a aquisição da plena autonomia pessoal e profissional dos indivíduos;
- Em colaboração com os parceiros sociais, desenvolver programas de apoio as famílias mais carenciadas, nomeadamente aquelas que tenham a seu cargo menores, de modo a prevenir e mitigar situações recorrentes ou emergentes de má nutrição, bem como o crescente fenómeno de abandono escolar precoce;
- Desenvolver medidas promotoras da igualdade de género: articulação com as estruturas existentes para reforço das medidas de prevenção de qualquer tipologia de violência de género; promoção de uma maior integração de mulheres em atividades políticas, cívicas e sociais;

- Assumir a Responsabilidade Social como um dos vetores fundamentais para o desenvolvimento, indo além do respeito da legislação e acordos sociais, destacando as preocupações sociais, ambientais, éticas, direitos humanos, em articulação com todas as partes interessadas, procurando criar mais valor para a comunidade e para o município.
- Combater a info-exclusão através da promoção do acesso à informação nas freguesias e no “Gabinete Apoio ao Município” (ver 6.3 Inovação Institucional);
- Combater a info-exclusão através da instalação de uma rede municipal de acesso gratuito a Internet sem fios;
- Implementar em articulação com os parceiros sociais a “Oficina Social Municipal”, serviço de apoio complementar à Ação Social Municipal, através da prestação de serviços a cidadãos e agregados familiares comprovadamente carenciados, para execução de pequenas reparações domésticas (ver 6.3 Inovação Institucional).

2.3. Solidariedade

Pelas mesmas circunstâncias referenciadas no capítulo anterior, a solidariedade assume um papel incontornável. A intervenção proposta inclui a dinamização das reuniões do Conselho Local de Ação Social no sentido de unificar as diferentes plataformas de integração social e comunitárias existentes, quer ao nível da proteção dos cidadãos na velhice e invalidez, quer nas situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, ou ainda de incapacidade para o trabalho.

A este nível pretendemos:

- A disseminação em rede através do Conselho Local de Ação Social - CLAS e das Comissões Sociais Inter-Freguesias – CSIF o reconhecimento do papel do voluntariado social, aproximando munícipes, empresas e outras instituições, através da criação de mais pontos de contacto e interação, que permitam uma interseção crescente de interesses e meios, potenciando novos diagnósticos, acrescidas celeridade e eficácia nas respostas;
- Implementar uma política de equidade na distribuição de incentivos e subsídios aos parceiros sociais, nomeadamente no apoio à construção de novas infra-estruturas.
- Imprimir uma maior articulação com os parceiros sociais, colaborando activamente nos projectos e apoiando as valências desenvolvidas pelas IPSS e Santa Casa da Misericórdia com vista ao seu equilíbrio financeiro e sustentabilidade.

- Colaborar activamente no apoio às campanhas do Banco Alimentar Contra a Fome no sentido de consertar posições criando sinergias e evitando desperdícios e sobreposição de iniciativas no terreno.
- A implementação de uma plataforma multi-institucional (Banco de ajudas técnicas) orientada para o empréstimo e angariação de equipamento médico e ajudas técnicas (exemplos: cadeira de rodas, muletas) que possibilite a disponibilização destes meios, que muitas vezes existem, estando guardados, a quem mais deles careça, por períodos de curta duração;
- Diligenciar esforços no sentido de melhorar as condições do Estabelecimento Prisional Regional de Viana do Castelo, onde, entre outras lacunas identificadas, se verifica a inexistência de uma pré-portaria que permita acolher condignamente as visitas enquanto aguardam o horário de atendimento.

2.4. Empreendedorismo Social

As áreas de intervenção que pretendemos privilegiar estão relacionadas com os desafios demográficos, a saúde, a alimentação, a promoção da igualdade de género, prevenção da xenofobia e do preconceito, a ecologia, a tecnologia e o emprego.

Pretendemos:

- Apoiar a definição de um modelo conceptual que, através da combinação inovadora de recursos e oportunidades, possibilite o desenvolvimento gradualmente crescente de respostas sociais de base local;
- Atualizar a carta social, documento municipal estratégico e articular a sua execução com o Plano de Desenvolvimento Social - PDS e respetivo Plano de Ação - PA ;
- Incentivar a capacitação das pessoas e da própria comunidade, em articulação com a rede de organizações locais, de modo a melhorar as respostas aos problemas existentes, que quebrem o ciclo de relações de mera dependência, levando à conquista da autonomia pessoal e profissional;
- Criar uma incubadora de empresas de âmbito social de forma a dinamizar o auto emprego e o empreendedorismo Social
- Avaliar e divulgar os resultados obtidos, difundindo indicadores, impactos e o mérito das ações realizadas, induzindo um efeito de arrastamento e de conquista de uma maior legitimidade social e institucional.

2.5. Saúde

Todos os munícipes e os diferentes sectores da sociedade são chamados a participar na promoção da saúde, através da articulação de estratégias e ações, tendo em vista uma melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento de políticas saudáveis (“Plano Nacional de Saúde 2012-2016”).

Neste âmbito, é nossa proposta:

- Promover uma cultura de cidadania em saúde, que permita criar as condições necessárias para que os munícipes se tornem mais autónomos e responsáveis em relação à sua saúde e à dos que deles dependem, através da difusão de informação e da promoção da literacia em saúde, em articulação com associações de doentes, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdia, e outras instituições;
- Melhorar a equidade e o acesso à saúde dos munícipes, através da articulação com a rede de parceiros que atuam no sector, procurando atenuar desigualdades sócio-económicas e privilegiando os grupos mais vulneráveis;
- Participar ativamente no processo de avaliação da política de qualidade da saúde no município, assumindo um papel ativo na busca do equilíbrio entre a ótima concentração de recursos e a sua acessibilidade;
- Implementar políticas de saúde saudáveis no município, ao nível da promoção de estilos de vida mais saudáveis, bem como da redução de comportamentos ou práticas de risco, evidenciando a prevenção como o melhor fator de defesa da saúde.

2.6. Ação Social

Existe em Portugal e no nosso município, uma tradição de solidariedade e um espírito de entreajuda, alicerçado nas relações familiares, na vizinhança e no associativismo. A congregação de esforços e a maior integração com toda a rede de apoio social local existente revela-se fundamental, tendo em vista uma maior consciencialização pessoal e coletiva dos problemas sociais existente no município e a procura de respostas cada vez mais inovadores.

Será dado um maior destaque e visibilidade ao Conselho Local de Ação Social de Viana do Castelo, como verdadeiro instrumento operativo de reflexão e discussão de temas tão importantes como a erradicação da pobreza e o desenvolvimento social.

Serão potenciados os existentes instrumentos Núcleos Locais de Inserção, Núcleos Executivos, Programa Integrado de Educação e Formação – PIEF e Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS+.

O PSD propõe-se igualmente:

- Colaborar em parceria com as instituições no terreno as pessoas portadoras de deficiência e as respetivas famílias, procurando informar e sensibilizar a comunidade em geral sobre esta realidade, favorecendo a inclusão social no município;
- Auxiliar as famílias, com informação e acompanhamento personalizado através do Gabinete da Ação Social do Município, no encaminhamento dos utentes para as Instituições com as valências mais adequadas, mantendo uma atuação responsável e vigilante, colaborando no melhoramento e adequação das respostas sociais da Rede de Serviços e Equipamentos existente;
- Dinamizar esforços, ao nível da prevenção e dissuasão de dependências (toxicodependência, alcoolismo, tabagismo, outras) promovendo ações que induzam a redução dos riscos e participando no desenvolvimento de Programas de Identificação Precoce e Prevenção, em articulação com as diferentes instituições locais, de modo a proporcionar as melhores respostas ao nível do tratamento e reinserção social;
- Desenvolver ações concertadas com a rede de apoio social local, no intuito de melhorar as respostas e os meios colocados à disposição dos grupos sociais mais desfavorecidos, como sejam situações de pobreza, minorias étnicas, imigração, situações de desemprego e analfabetismo;
- Empreender um Projeto Municipal de Saúde Oral, complementando a política sectorial do Ministério da Saúde;
- Empreender um projeto plurianual que permita às diferentes associações e coletividades locais do município apresentarem candidaturas orientadas para as seguintes prioridades:
 - ✓ Vida quotidiana (exemplos: guarda de crianças, serviços de apoio ao domicílio, novas tecnologias de informação e comunicação, apoio a jovens com dificuldades de inserção);
 - ✓ Qualidade de vida (exemplos: roteiro para o envelhecimento, melhoria do habitat, segurança, transportes coletivos locais, melhorias nos espaços públicos, comércio de base local de proximidade);

- ✓ Cultura (exemplos: atividades ligadas ao turismo cultural, audiovisual, valorização e promoção do património cultural local);
- ✓ Ambiente (exemplos: eficiência na utilização dos recursos, manutenção dos espaços naturais).

3. Gestão Funcional – Planeamento, Organização e Eficiência

3.1. Planeamento

3.2. Os Recursos Humanos da CMVC

3.3. Gestão Patrimonial

3.4. Desburocratização Interna e Inovação na Prestação de Serviços aos Municípios, às Empresas e à Comunidade

Considerando as atuais circunstâncias em que se encontram a autarquia e o município, a CMVC não possui qualquer margem para desperdícios e mau uso dos seus valiosos recursos.

3.1. Planeamento

Entendemos ser uma urgente prioridade otimizá-los de modo a promover a satisfação das necessidades das populações e das freguesias. Para isso faremos o planeamento e a organização das atividades e do orçamento municipal garantindo uma gestão e uma utilização dos recursos de forma eficientes.

É também fundamental e prioritário implementar boas práticas de planeamento e organização de todos os serviços municipais, nomeadamente de avaliação, acompanhamento e monitorização, bem como a realização de auditorias internas gerais e transversais.

Serão elaborados estudos e planos económico-financeiros globais, das diferentes áreas de atividade municipal, o desenvolvimento e implementação de sistemas de controlo de apoio à gestão municipal.

3.2. Os Recursos Humanos da CMVC

O Município de Viana do Castelo tem ao serviço dos Vianenses um conjunto de profissionais altamente qualificados, com formação profissional e competências comportamentais adequadas para responder a todas as solicitações.

Este conjunto de trabalhadores que compõe o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Viana do Castelo é dedicado, experiente e competente, mas tem vindo a ser mal gerido e mal tratado pelo atual executivo municipal. É uma das mais graves situações de desperdício de recursos da gestão autárquica atual.

Sabemos que continuam a ter o melhor desempenho que lhes é possível, pese embora a desmotivação crescente e a convivência com situações de afastamento sumário e a inação a que estão votados alguns trabalhadores.

Queremos que os trabalhadores municipais se voltem a sentir úteis, motivados e integrados no esforço coletivo de melhor responder aos desafios atuais e às solicitações dos Vianenses.

Iremos, com os seus representantes, dedicar a melhor atenção à gestão e à valorização dos recursos humanos, potenciando as capacidades e competências pessoais e profissionais, procurando ir ao encontro das suas expectativas, de modo a garantir um Serviço Público de excelência.

3.3. Gestão Patrimonial

O Município de Viana do Castelo possui um valioso conjunto de bens, móveis e imóveis, ao que sabemos, devidamente inventariados e cadastrados, cuja listagem, infelizmente, continua a não ser de acesso público (ver 6.2 Acesso à informação).

Estes recursos, que deveriam estar ao serviço dos Vianenses e que deveriam ser sujeitos a uma gestão pró-ativa, eficaz e eficiente, não só para assegurar as atribuições municipais, mas também para aliviar o passivo financeiro e alcandorar investimentos, promover empregabilidade e dinâmicas empresariais, comerciais e de serviços, continuam subordinados à letargia, à inação e à inépcia do atual executivo.

É importante conhecer, divulgar e passar a gerir com transparência, com coragem e com a noção de que estes importantes recursos são propriedade coletiva e que, por tal, devem ser urgentemente colocados ao serviço dos cidadãos, como garantia de um serviço municipal de excelência e com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de todos os vianenses.

3.4. Desburocratização Interna e Inovação na Prestação de Serviços aos Municípios, às Empresas e à Comunidade

O atual executivo municipal, em funções há mais de 20 anos, criou uma teia complexa de constrangimentos e dificuldades aos municípios, quer seja àqueles que acedem diretamente aos serviços, quer seja aos que, indiretamente são alvos da ineficaz e perdulária gestão municipal.

O mundo atual conta com a hipótese de recurso a excelentes ferramentas decorrentes de uma eficiente evolução tecnológica, com soluções facilitadoras, baratas e amigáveis que permitem simplificar a vida de todos, quer se trate de trabalhadores ou de utentes.

Não faz mais sentido continuar a “obrigar” os cidadãos e as empresas a deslocarem-se aos serviços municipais, com horários de funcionamento incompatíveis para a maioria dos utentes, para simples apresentações de requerimentos, solicitação de cópias e informações.

A Internet, as redes informáticas e as plataformas eletrónicas de interface entre o cidadão, as empresas e as instituições, são soluções facilitadoras, em que o nosso país é bom exemplo a nível internacional, moderadoras de custos e indutoras de novos comportamentos, quer para os trabalhadores municipais, quer para os cidadãos.

Com um pequeno investimento, contando com a contribuição dos trabalhadores, iremos proceder à desmaterialização documental total e à criação de novos e eficazes canais de comunicação, submissão de documentos e acesso aos arquivos municipais (com as reservas de segurança e confidencialidade que a Lei impõe) em tempo real. Cada munícipe passará a aceder aos “seus” documentos, consultando-os, arquivando-os junto de si ou imprimindo-os onde e quando pretender (ver 6.2. Acesso à Informação; 6.3. Inovação Institucional).

4. Gestão Territorial – Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

4.1. Alteração da Gestão Municipal

4.2. Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)

4.3. Revisão do Plano de Pormenor do Centro Histórico

4.4. Saneamento Básico

4.5. Segurança e Proteção Civil

4.6. Mobilidade, Trânsito e Transportes Públicos

No âmbito da prossecução de uma eficaz e eficiente gestão territorial, estrategicamente decisiva para o desenvolvimento integrado e harmonioso do Município de Viana do Castelo, procurando potenciar os recursos e a identidade individuais, mitigando as inegáveis assimetrias entre freguesias, o PSD propõe:

4.1. Alteração da Gestão Municipal

- Agilização do processo burocrático de licenciamento (ver 6.3. Inovação Institucional);
- Alteração dos procedimentos de gestão urbanística;
- Substituição periódica dos técnicos de licenciamento;
- Distribuição aleatória dos processos de obras;
- Colaboração efetiva com técnicos exteriores, projetistas, proprietários e empreendedores.

4.2. Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)

- Revisão total do PDM, tornando-o num documento fundamental na estratégia do Concelho nas diversas áreas;
- Alteração e adequação dos índices de construção de modo a proporcionar um desenvolvimento harmonioso das freguesias, coerente com o desenvolvimento pretendido para o concelho;
- Valorização da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Rede Natura no território municipal e interligação com as áreas adjacentes, potenciando uma verdadeira política ambiental do concelho, suportada numa gestão integrada dos serviços de ecossistema e dos corredores ecológicos;

- Valorização da Reserva Agrícola Nacional (RAN), adequada articulação com a REN e com a Rede Natura, tendo em conta o fomento e desenvolvimento agrícola, atendendo à dimensão e características do sítio e privilegiando o desenvolvimento deste sector, através da atração e captação de iniciativas de novos agricultores;
- Valorização e requalificação da orla costeira, potenciando o uso equilibrado e estruturado dos recursos naturais e o estabelecimento de atividades económicas compatíveis com o uso e ocupação do solo, considerando os riscos naturais e antrópicos;
- Recuperação das nove bandeiras azuis e aumento do seu número, com a designação de novas praias marítimas, com vista à dinamização turística da orla costeira vianense;
- Valorização das zonas húmidas e estuarinas, dedicando-se uma particular atenção aos cursos de água e a designação de praias fluviais nos locais que têm melhores recursos e condições naturais;
- Criação da zona de Paisagem Protegida da Veiga de São Simão e zonas estuarinas adjacentes, no Rio Lima;
- Valorização e potenciação das áreas de montanha salientando-se a Serra de Santa Luzia, a Serra de Arga, Santa Justa / Padela, entre outras;
- Criação do Parque Natural da Serra de Arga, promovendo a preservação da biodiversidade e potenciando os recursos endógenos;
- Criação de uma rede de miradouros e trilhos, suportada em diversas temáticas associadas ao património natural e cultural dos vales e áreas de montanha das bacias hidrográficas dos rios Âncora, Lima, Neiva e das ribeiras costeiras;
- Colaboração e fomento do cadastro e emparcelamento florestal através de associações de produtores florestais, garantindo uma dimensão às propriedades que viabilize a sua sustentabilidade, aceiros, acessos e vigilância, tendo em vista uma exploração integrando as diversas vertentes de uma floresta multiusos.

4.3. Revisão do Plano de Pormenor do Centro Histórico (PPCH)

Em vigor desde 2002, mostra-se desadequado faces às novas exigências, sendo fundamental a sua revisão, incluindo os seguintes pressupostos:

- Redefinição de toda a rede viária do Centro Histórico, em articulação com as políticas globais municipais de Trânsito e Mobilidade;

- Criação de estacionamento automóvel gratuito de modo a potenciar o desenvolvimento do Centro Histórico;
- Novas políticas no processo de reconstrução da cidade (tecnologias e processos construtivos, definição clara de procedimentos);
- Relocalização do Mercado Municipal;
- Refuncionalização de equipamentos existentes não rentabilizados (edifício da marina, outro património municipal e património estatal devoluto).

4.4. Saneamento Básico

Alargar e reforçar a rede de abastecimento de águas, águas residuais e resíduos sólidos, a todas as freguesias.

4.5. Segurança e Proteção Civil

- Melhorar as condições de trabalho e operacionalidade dos Bombeiros Municipais;
- Promover e melhorar a articulação entre os Bombeiros Municipais, Bombeiros Voluntários e outros parceiros envolvidos na Gestão do Risco no território municipal e áreas envolventes.

4.6. Mobilidade, Trânsito e Transportes Públicos

- Melhorar as acessibilidades a pessoas portadoras de mobilidade reduzida na área urbana da cidade, com uma atenção especial ao centro histórico, bem como nos aglomerados das freguesias, incluindo as praias marítimas e fluviais e outras áreas de receio e lazer;
- Implementar um Plano Integrado de Gestão de Mobilidade, Trânsito e Transportes Públicos para o território municipal;
- Melhorar a oferta e a articulação dos horários dos diversos tipos de transporte, com particular incidência no acesso às zonas empresariais e industriais do Concelho.

5. Educação, Cultura e Desporto

5.1. Educação

5.1.1. Tornar Viana do Castelo um Município Educador

5.1.2. Elaborar o Projeto Educativo Municipal

5.1.3. Reestruturar a Área Funcional da Educação da CMVC

5.2. Cultura

5.2.1. Parques Temáticos

5.2.2. Festividades Tradicionais

5.2.3. Património

5.2.4. Museus

5.2.5. Educação e Cultura

5.2.6. Música, Teatro, Cinema e Danças

5.2.7. Roteiros de Viana

5.3. Desporto

5.1. Educação

O capital humano é o ativo mais precioso da atual sociedade do conhecimento. Nesse sentido, deve ser preocupação constante dos decisores políticos potenciar as condições necessárias para que os alunos, ao longo do seu percurso académico e/ou formativo, possam adquirir as expectáveis competências inerentes ao nível de ensino que frequentam.

À comunidade educativa devem ser assegurados todos os instrumentos e ferramentas necessários ao exercício das suas funções, de modo a que todos os estudantes tenham a oportunidade de melhorar o seu desempenho e de desenvolver as suas capacidades de resposta aos desafios presentes e futuros da sociedade, cada vez mais exigente, competitiva, dinâmica e global.

Esta é uma tarefa contínua, em permanente avaliação e melhoria, que deve congrega o esforço e o envolvimento de todos os agentes educativos: pais, professores, auxiliares e a comunidade.

Neste sentido, revela-se essencial:

5.1.1. Tornar Viana do Castelo um Município Educador

- Relançar o papel da CMVC como parceiro privilegiado das escolas;
- Garantir a existência (criação e/ ou manutenção) de infraestruturas, equipamentos educativos e ferramentas didáticas para que os docentes possam exercer o seu papel com as melhores condições possíveis, de forma a atingir resultados de excelência;
- Mobilizar todos os agentes educativos: pais, professores, auxiliares e comunidade, concitando sinergias para que as competências da escola e do Município sejam bem realizados, transmitindo aos alunos as aprendizagens que lhes permitam vir a ser cidadãos e profissionais de excelência;
- Reabilitar as escolas e reforçar os espaços complementares de suporte ao projeto educativo municipal;
- Otimizar a utilização dos espaços escolares fora do período letivo, promovendo parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social, ATL's, Juntas de Freguesia, Associações de Pais e outras entidades públicas e privadas.

5.1.2. Elaborar o Projeto Educativo Municipal

- Aumentar a responsabilidade social na educação através da coordenação e mobilização de recursos;
- Promover a integração educativa e social e o desenvolvimento pessoal, social e cultural de crianças, jovens e adultos;
- Promover a Educação e a Formação ao longo da vida.
- Contribuir para uma maior igualdade de oportunidades entre todos os alunos, independentemente da sua origem social, étnica ou de género;
- Promover a valorização da identidade e o desenvolvimento local através da educação ambiental, patrimonial, da formação profissional e da investigação científica (incentivar visitas de estudo locais e regionais);
- Articular o projeto educativo municipal com os projetos educativos das escolas, com outros projetos autárquicos, nomeadamente nas áreas e domínios do urbanismo, ambiente, cultura, desporto e desenvolvimento social;

- Apostar, juntamente com as escolas e empresas, na melhoria das soluções e opções de transportes escolares;
- Oferecer um “kit escolar” aos alunos provenientes de agregados familiares com maiores carências socio-económicas, em diferentes graus de ensino;
- Apostar no desenvolvimento de atividades dirigidas a alunos com necessidades educativas especiais, em articulação com os parceiros institucionais locais.

5.1.3. Reestruturar a Área Funcional da Educação da CMVC

- Implementar uma organização mais focada nas necessidades atuais e prospetivas da área funcional da educação, eliminando ineficiências e mobilizando os colaboradores numa lógica de clara orientação para o cliente final, a escola e os agentes educativos.
- Criar uma unidade de coordenação que acompanhe a atividade das escolas e estabeleça a estratégia de intervenção dos representantes do Município nos respetivos conselhos gerais.
- Dinamizar e valorizar o Conselho Municipal de Educação, tornando-o um verdadeiro agente de acompanhamento, aconselhamento e potenciação do papel da Câmara Municipal e de todos os parceiros da comunidade no Projeto Educativo Municipal.
- Promover novas dinâmicas de envolvimento na vida das escolas, em colaboração com as Associações de Pais e de Encarregados de Educação, a materializar através do plano “Pais Presentes”.

5.2. Cultura

Cultura é, em sentido lato e inclusivo, a definição dos padrões de vida de sociedades, de grupos, de comunidades, um conjunto de práticas que potenciam e transmitem ou partilham conhecimentos, significados e valores.

Urge atualizar o inventário de todos os espaços existentes no Município, com potencial de fruição cultural, de forma a otimizar o funcionamento e a oferta de programação municipal, associativa ou comercial.

A cultura não pode ser dissociada do lazer, quer quanto à programação, quer quanto ao desenvolvimento de sinergias que diversifiquem a oferta existente, promovendo atração turística, através de um Plano Municipal de Cultura, enquanto instrumento de gestão integrada de todos os projetos culturais.

Serão orientados os serviços da área funcional da Cultura da CMVC para uma lógica de mediação cultural, com o objetivo de reforçar as pontes entre a autarquia, as comunidades locais e os empreendedores, profissionais e amadores.

Pretende-se estabelecer as condições para que a oferta cultural seja mais orientada e diversificada, tornando-se elemento facilitador de dinâmicas de inclusão e de criação de novos públicos, nomeadamente junto das populações mais desfavorecidas.

Para concretizar as diferentes dimensões deste programa, pretendemos:

- Intensificar a política de parcerias para a conceção, promoção e implementação da oferta cultural e de lazer;
- Implementar uma política de cultura equilibrada entre ações estruturantes e produções efémeras;
- Reforçar as condições e dinâmicas necessárias à realização de eventos regulares no âmbito da cultura, que alternem com outros eventos de grande dimensão no Município, envolvendo os programadores locais e potenciando financiamentos, assegurando uma programação cultural permanente, dirigida a todos os públicos e envolvendo os potenciais parceiros;
- Captar eventos de grande notoriedade nacional e internacional, bem como captar investimentos para equipamentos de lazer que incrementem paralelamente a procura turística do Município;
- Apoiar intensamente as associações e coletividades promotoras de atividades culturais e recreativas, promovendo o mérito, a criatividade e a sua interação com a comunidade;
- Dinamizar uma plataforma que ponha em contacto as diferentes entidades, para que possam articular oferta, agendas, programações plurianuais, contribuindo assim para uma melhor interação, obtenção de sinergias e potenciação de recursos.

5.2.1. Parques Temáticos

- Potenciar a criação de Parques Temáticos: Parque Histórico; Parque Científico; Parque Biológico; Parque da Música;
- Criar o Centro de Ciência Viva de Viana do Castelo, explorando o tema “Mar”, se possível requalificando um edifício existente.
- Potenciar a criação de um Parque Aquático como factor de atração e dinamização turística.

5.2.2. Festividades Tradicionais

- Potenciar a visibilidade da Romaria da Senhora da Agonia, à escala nacional, de modo a devolver o protagonismo perdido nas últimas décadas, tendo por objetivo a captação de novos públicos, também para o Turismo na cidade e na região;
- Implementar o Plano do "Turismo Cultural e Religioso", tendo como base as tradicionais Romarias do nosso Concelho, com apoio inequívoco à sua dinamização e divulgação.

5.2.3. Património

- Valorizar e divulgar o património histórico, cultural, religioso, arquitetónico, paisagístico e ambiental do Concelho, com ênfase particular em Santa Luzia;
- Potenciar e valorizar os elementos patrimoniais da cultura megalítica, dos metais e castreja, com particular enfoque na Citânia de Santa Luzia, através de uma parceria a estabelecer com a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC);
- Criar um Parque da Biodiversidade para promoção dos ecossistemas e espécies autóctones.

5.2.4. Museus

- Desenvolver um diagnóstico profundo relativamente ao impacto dos museus e núcleos museológicos, como agentes catalisadores de desenvolvimento cultural e social nas suas comunidades;
- Valorizar o espólio dos Museus Municipais, promovendo a sua avaliação, otimização, e articulação, com o objetivo de maximizar a qualidade das exposições e dar escala

à oferta municipal, promovendo políticas que melhorem as acessibilidades físicas e adaptem os conteúdos a todos os tipos de públicos;

- Apoiar a criação de novos núcleos museológicos, como garante do identitário das freguesias;
- Uniformizar a sinalética de identificação do Património Histórico do Município.

5.2.5. Educação e Cultura

- Valorizar o papel da educação no âmbito da cultura, intensificando a sua articulação, nomeadamente nas vertentes da educação formal e não formal;
- Dinamizar a Biblioteca Municipal com novas valências para todos os públicos, nomeadamente como equipamento complementar a atividades diversas;
- Dinamizar a utilização formal e informal das bibliotecas escolares, com novas valências para todos os públicos;
- Ligar, em rede informática, com acervo totalmente disponível e acessível, todas as bibliotecas existentes no Município e o Arquivo Municipal.

5.2.6. Música, Teatro, Cinema e Danças

- Implementar ciclos regulares de eventos de música, teatro, cinema e danças para públicos específicos;
- Apoiar os diversos géneros artísticos das artes cénicas e performativas (teatro, performance, dança, música, ópera, bailado) e das artes visuais (pintura, escultura, vídeo, cinema), bem como novos géneros provenientes do trabalho interdisciplinar, incluindo-os nos roteiros promocionais das ações culturais.

5.2.7. Roteiros de Viana

- Promover e facilitar parcerias para a promoção de roteiros e circuitos específicos, como por exemplo o roteiro dos monumentos, roteiro religioso, circuito romântico, circuito da música, roteiro da arte, roteiro gastronómico, que possam funcionar de forma complementar, gerando novas dinâmicas;
- Criar um trilho entre Santa Luzia e a Senhora da Cabeça / Freixieiro de Soutelo.

5.3. Desporto

Porque o exercício físico é sinónimo de vida ativa e saúde atual e futura, a promoção de uma filosofia de desporto para todas as idades é uma das políticas públicas que assumimos como prioritária.

A nível psíquico, eleva a autoestima e assume-se como espaço privilegiado para a promoção de laços sociais, de amizade e espírito de entreajuda. A nível físico, o desporto ajuda no combate à obesidade e reduz o risco de doenças cardiovasculares, bem como de outras complicações tardias que ocorrem com o avançar da idade.

Atualizaremos a missão e visão estratégica de operacionalização desportiva local, de forma a incentivar a celebração de protocolos para a utilização e rentabilização dos equipamentos desportivos.

Face à necessidade imperiosa de atração da população para a prática de estilos de vida saudáveis e alavancar os espaços de recreio e lazer do Município, desenvolveremos a Plataforma Desportiva Municipal. É um projeto inovador a criar e implementar por uma rede alargada de cooperação entre Município, Clubes Desportivos, Escolas e outras instituições.

Como medidas e ações a desenvolver destacamos as seguintes:

- Elaborar e implementar um plano municipal de ecovias e ciclovias, promovendo a ligação entre as áreas urbanas, rurais e florestais;
- Criar Parques Temáticos com equipamentos específicos: Parque Radical; Parque Aquático; Parque Minigolfe; Parque de Tiro; Parque da Força; Parque dos Patins;
- Dar prioridade à segurança dos equipamentos desportivos municipais, cumprindo os requisitos legais;
- Apoiar intensamente as associações e clubes desportivos, nomeadamente as suas atividades de formação;
- Criar uma cadência de atração da população para a prática de estilos de vida saudáveis e promover e alavancar todos os recursos do Município;
- Atrair e dinamizar eventos desportivos de nível nacional e internacional, aproveitando o potencial de Viana do Castelo em termos de topografia, infraestruturas, paisagem e cultura desportiva;

- Dotar o Município, especialmente as freguesias, com instalações desportivas condignas, colmatando as lacunas existentes, tendo por prioridades a requalificação de equipamentos e a flexibilidade dos recursos;
- Implementar soluções de gestão partilhada de recursos que vão de encontro às necessidades dos cidadãos, clubes e coletividades do Município e do meio académico;
- Intensificar o apoio às modalidades amadoras e desporto de formação com especial preocupação com o desporto feminino;
- Criar espaços multigeracionais em todo o Município, nomeadamente jardins, zonas de recreio e parques de proximidade, fomentando desta forma a prática desportiva da população, especialmente os mais idosos;
- Apostar numa nova fase dos desportos náuticos de que Viana do Castelo tem tradições.

6. Transparência, “Município Eletrónico” e Participação Pública

6.1. Avaliação e Monitorização

6.2. Acesso à Informação

6.3. Inovação Institucional

O PSD vai promover a transparência na prestação de contas da gestão dos recursos municipais, com amplitude transversal a todos as áreas funcionais, no âmbito das suas competências, avaliando, desenvolvendo e aplicando as melhores práticas internacionais, propostas para a Administração Local, à realidade da instituição, tendo subjacentes os seguintes desígnios:

- “...partilha de informação e atuação de forma aberta...” para “...garantir aos cidadãos a recolha de informação crítica que permita detetar eventuais irregularidades e defender os seus interesses...”
- “...os sistemas de promoção da transparência devem possuir instrumentos claros e simples que identifiquem as decisões com impacto público, canais de comunicação facilitados entre os cidadãos e a Administração, e um vasto leque de informação disponibilizada...”

FONTE: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

- “...constitui um dever alargado a funcionários públicos, gestores e administradores, contribuindo para que estes ajam de uma forma perceptível, previsível e compreensível...”

Fonte: TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica

6.1. Avaliação e Monitorização

O PSD vai criar instrumentos mais adequados e eficazes para a promoção de novas práticas de Transparência, para além do integral e atempado cumprimento das legalmente previstas.

Serão implementados sistemas de medição fiáveis para avaliar e monitorizar o grau de Transparência da gestão municipal, quer no seu funcionamento interno, quer na relação com a comunidade, de forma a influenciar decisões e potenciar a implementação de ações corretivas para a melhoria contínua dos serviços.

Proporemos, na Assembleia Municipal, a criação da “Comissão Municipal de Boas Práticas”, sob coordenação do Presidente da Assembleia Municipal.

6.2. Acesso à Informação

O PSD apresenta propostas inovadoras de promoção da transparência e da participação pública na gestão municipal.

Somos confrontados com a recorrente publicitação de convocatórias/ordens de trabalho de reuniões do Executivo Municipal que, por diversos motivos, desincentivam a participação dos munícipes, como:

- divulgação com total omissão de local e hora de realização;
- a reunião de câmara, contrariando incorretas referências ao “salão nobre”, realiza-se na sala de reuniões da presidência, que não reúne condições para a participação dos cidadãos;
- após o encerramento dos serviços, o edifício da Câmara Municipal encontra-se de portas fechadas, sendo impossível, ao cidadão comum, aceder à reunião do Executivo.

De modo a contrariar o crescente desinteresse e a impossibilidade dos munícipes acompanharem as decisões municipais em reuniões do executivo e da assembleia municipal, o PSD implementará os seguintes instrumentos:

- Descentralizar as sessões da Assembleia Municipal, promovendo a sua realização nas freguesias.
- Melhorar a difusão, em plataforma eletrónica e outras, de toda a informação de interesse público, em tempo útil, isenta de omissões, rigorosa e fiável.
- Melhorar a publicitação das reuniões, promovendo a participação pública e estimulando a interação e a discussão das problemáticas locais.
- Realizar as reuniões de Executivo Municipal e Assembleia Municipal em horário noturno, de modo a promover a participação do maior número possível de cidadãos.
- Disponibilizar, *on-line*, toda a informação distribuída aos membros das reuniões de Executivo Municipal e Assembleia Municipal, em simultâneo com a publicitação da ordem de trabalhos, salvo exceções legalmente previstas.
- Implementação de período de participação pública antes da ordem de trabalhos.

- O PSD vai otimizar e potenciar os recursos físicos, humanos e tecnológicos, de forma integrada, para incrementar inovação, valor, proximidade, acessibilidade, eficácia e eficiência nos serviços prestados aos munícipes.
- Permitiremos o acesso e a interação *on-line* com os serviços, com linguagem simplificada ao cidadão não profissional, para obtenção de informações, e obviamente, instrução e acompanhamento do seu processo, através de requerimentos, avisos, notificações, submissão de sugestões e reclamações.
- Disponibilizaremos *on-line* toda a documentação de interesse público do Município de Viana do Castelo, incluindo as das juntas de freguesia e da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, com atualização periódica, a definir em regulamento a propor à Assembleia Municipal.

6.3. Inovação Institucional

Iremos fazer um esforço crescente na implementação de uma cultura e consciencialização de promoção de oportunidades para a transparência e para a Inovação na prestação da nobre missão de serviço público, quer seja no funcionamento interno de todos os serviços, quer seja na interação destes com o cidadão, com os investidores e ainda com outras entidades, públicas e privadas, enquanto parceiros na prossecução do desenvolvimento do município.

A Câmara Municipal será agente pró-ativo na auscultação, na transparência e na promoção do acesso e divulgação de informação. Deverá ser parceiro dos cidadãos e das empresas nos atos administrativos internos, promovendo a celeridade desejável na tomada de decisões.

O PSD irá potenciar os recursos, sinergias e mais-valias do “Balcão do Empreendedor”, previsto legalmente desde 2010 (“Directiva de Serviços” - Decreto-Lei n.º 92/2010 e “Licenciamento Zero” - Decreto-Lei n.º 48/2011), eliminando, simplificando e desmaterializando procedimentos e formalidades. A atual gestão municipal adiou, até à data, sem qualquer justificação pertinente, apesar de todas as solicitações e reclamações públicas, incluindo de técnicos, o cumprimento desta legislação e dos serviços previstos.

A Câmara Municipal assegurará que o Município se torne agente facilitador do investimento, ao apoiar e acompanhar a tramitação de processos de licenciamentos e candidaturas junto de outras entidades, nomeadamente em escalas regional e/ou nacional.

Para cumprir estes objetivos, iremos:

- Criar o Balcão Municipal do Cidadão e do Empreendedorismo: apoiar o cidadão na sua relação com a autarquia e com outras entidades, quais os licenciamentos necessários para a minha atividade? quais os financiamentos, nacionais e comunitários, ou outros apoios disponíveis? (ver 3.4. Desburocratização Interna e Inovação na Prestação de Serviços aos Municípios, às Empresas e à Comunidade);
- Criar o Gabinete Técnico de Apoio às Freguesias: apoiar técnica multidisciplinarmente os executivos autárquicos locais: planeamento, projeto e acompanhamento na execução de ações;
- Criar o Gabinete de Apoio ao Município: criar o Serviço Municipal de Proximidade a instalar nas freguesias: interação e prestação de serviços e informações (pagamentos, biblioteca, outros); protocolos de prestação de serviços com outras entidades (distribuição postal, distribuição de medicamentos, apoio administrativo a associações locais, outros); interação com outras entidades públicas (saúde; segurança social, IEFP, outros); acesso a informação (internet; jornais, divulgação de eventos, boletins municipais, informação de interesse público, outros);
- Promover uma plataforma de Compra Centralizada de Bens e Serviços de âmbito supramunicipal (CIM Alto Minho), para aquisição conjunta de bens e serviços de interesse comum ao município e às freguesias, de modo a ganhar escala, capacidade negocial e potenciar poupança;
- Implementar, em estreita articulação com o CLAS – Conselho Local de Ação Social, a Oficina Social Municipal, criar um serviço de apoio complementar à Ação Social Municipal, através da prestação de serviços a cidadãos e agregados familiares comprovadamente carenciados, para execução de pequenas reparações domésticas (ver 2.2 Inclusão);
- Fomentar a articulação do Conselho Local de Ação Social - CLAS com a Plataforma Supraconcelhia de forma a potenciar o funcionamento com eficácia das redes de acompanhamento social de âmbito regional;
- Criar Bolsas de Mecenato: social, familiar, ambiental, cultural, científico e tecnológico, desportivo e educacional, sociedade da informação e participação dos mecenas nas decisões;
- Criar a Provedoria do Município, em concertação com as forças políticas com representação na Assembleia Municipal;

- Criar a Provedoria do Investidor, em concertação com as forças políticas com representação na Assembleia Municipal e representantes de entidades representativas dos sectores económicos;
- Criar a Provedoria Social, em concertação com as forças políticas com representação na Assembleia Municipal e representantes de entidades representativas do sector social;
- Criar orçamento(s) participativo(s): bolsa de projetos e ações a implementar, organizados por áreas temáticas, cuja prioridade na execução será decidida pela participação da população; participação das entidades representativas das áreas temáticas e de eventuais mecenas na decisão.

